

LETALIDADE POLICIAL E A GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE NA CIDADE DE SÃO PAULO

POLICE LETHALITY AND THE GEOGRAPHY OF VIOLENCE: AN ANALYSIS IN THE CITY OF SÃO PAULO

LA LETALIDAD POLICIAL Y LA GEOGRAFÍA DE LA VIOLENCIA: UN ANÁLISIS EN LA CIUDAD DE SÃO PAULO

Natália Santana dos Santos¹

Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV Direito SP). Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento. São Paulo/SP.

Synthya Rayanne de Lima Maia²

Universidade de Brasília (UnB). Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL). Brasília/DF.

Amanda Gonçalves Prado Quaresma³

Universidade Federal Fluminense (UFF). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD). Niterói/RJ.

Paula Regina Cordeiro⁴

Universidade Federal Fluminense (UFF). Programa de Pós-Graduação em Gestão de Territórios e Saberes (TERESA/IEAR-UFF). Angra dos Reis/RJ.

RESUMO: Este artigo examina a distribuição espacial da letalidade policial em São Paulo, evidenciando como a violência racial é reforçada pela segregação territorial. A pesquisa explora a relação entre práticas policiais e desigualdades raciais, destacando a perpetuação da exclusão social e racial em áreas periféricas. Utilizando mapas temáticos e dados de fontes como DataSUS, GeoSampa, IBGE e Secretaria de Segurança Pública, o estudo revela uma concentração de violência policial em regiões racializadas e com baixos níveis de serviços essenciais. A análise mostra que práticas de segurança pública refletem um histórico de segregação e exclusão, transformando determinados territórios em zonas de vulnerabilidade. A conclusão sugere que a presença colonialista permanece viva nesses espaços, reforçando o ciclo de marginalização das populações negras e periféricas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência racial; Letalidade policial; Necropolítica; Segregação espacial; Racismo estrutural.

ABSTRACT: This article examines the spatial distribution of police lethality in São Paulo, showing how racial violence is reinforced by territorial segregation. It explores the link between police practices and racial inequalities, emphasizing social and racial exclusion in peripheral areas. Using thematic maps and data from DataSUS, GeoSampa, IBGE, and the Public Security Secretariat, the study reveals concentrated

¹ <https://orcid.org/0009-0008-1071-3481>

² <https://orcid.org/0009-0008-8975-3434>

³ <https://orcid.org/0000-0002-6182-4092>

⁴ <https://orcid.org/0000-0002-5832-3860>

police violence in racialized regions with limited essential services. The analysis reflects a history of segregation, making certain areas vulnerable zones. The conclusion indicates that colonialist presence persists in these spaces, reinforcing cycles of marginalization for Black and peripheral populations.

KEYWORDS: Racial violence; Police lethality; Necropolitics; Spatial segregation; Structural racism.

RESUMEN: Este artículo examina la distribución espacial de la letalidad policial en São Paulo y cómo la violencia racial se refuerza mediante la segregación territorial. Explora la relación entre prácticas policiales y desigualdades raciales, destacando la exclusión social y racial en áreas periféricas. Usando mapas temáticos y datos de fuentes como DataSUS, GeoSampa, IBGE y la Secretaría de Seguridad Pública, el estudio revela una concentración de violencia policial en regiones racializadas con bajos niveles de servicios esenciales. El análisis muestra que las prácticas de seguridad reflejan un historial de segregación, transformando ciertos territorios en zonas vulnerables. La conclusión sugiere que la presencia colonialista persiste en estos espacios, reforzando la marginación de poblaciones negras y periféricas.

PALABRAS CLAVE: Violencia racial; Letalidad policial; Necropolítica; Segregación espacial; Racismo estructural.

1. Introdução

A letalidade policial nas grandes cidades brasileiras, especialmente em São Paulo, evidencia padrões de desigualdade racial e territorial. Sob o discurso da “segurança pública” e do “combate à criminalidade”, práticas repressivas são dirigidas desproporcionalmente a populações negras e periféricas, configurando mecanismos de controle social racializado.

Nesse sentido, as mortes decorrentes de intervenção policial (MDIP) tornam-se centrais para compreender a violência estatal como forma de gestão da vida e da morte, operando em um sistema jurídico seletivo que legitima a repressão. Essa lógica se insere no que Mbembe (2016) define como necropolítica, em que certas vidas são sistematicamente hierarquizadas e vulnerabilizadas.

Buscando dialogar com estudos que têm se dedicado à tematização da geografia da violência, como exemplificam as contribuições de Porto-Gonçalves (2006, 2011), este artigo insere-se no conjunto de pesquisas voltadas à reflexão sobre a violência policial e a atuação do Estado em sua dimensão espacial. Ao mobilizar a cartografia como recurso analítico, busca-se evidenciar a espacialização da violência e suas múltiplas camadas, contribuindo para uma leitura situada e territorializada desses fenômenos.

No estado de São Paulo, fatores como habitação precária, acesso desigual a serviços e altos índices de analfabetismo agravam a marginalização de comunidades negras, ampliando sua exposição à violência estatal. Este artigo analisa a distribuição espacial da MDIP em São Paulo, a partir de registros oficiais consolidados no período de 2013 a 2024, discutindo como práticas policiais e segregação racial se entrelaçam no tecido urbano. Os dados foram agregados para análise espacial, sem pretensão de examinar a evolução histórica ano a ano, discutindo como práticas policiais e segregação racial se entrelaçam no tecido urbano. A partir de uma abordagem geoespacial, busca-se evidenciar a concentração da violência letal em territórios racializados e as formas pelas quais o Estado contribui para sua reprodução.

Os dados utilizados, provenientes do DataSUS, do GeoSampa, do IBGE e da Secretaria de Segurança Pública, permitem uma leitura crítica das dinâmicas de exclusão e controle que marcam a produção da violência racializada nas cidades brasileiras.

Desse modo, além da introdução e das conclusões finais, este artigo está organizado em três seções principais. A segunda seção discute os aspectos históricos da construção do município de São Paulo e reflete sobre a configuração urbana atual, marcada por profundas desigualdades raciais e sociais que posicionam a população negra em territórios vulneráveis, frequentemente alvo de violência estatal. A terceira seção apresenta uma nota metodológica, explicando as estratégias empregadas na elaboração do estudo. Por fim, a quarta seção exibe seis mapas temáticos que ilustram a complexa geografia da desigualdade racial e da violência na cidade de São Paulo. Por meio de indicadores distribuídos territorialmente, são destacados aspectos como tipos de habitação, taxas de analfabetismo, presença de estabelecimentos educacionais, de saúde e de segurança pública, bem como os registros de morte decorrente de intervenção policial. Ao relacionar esses indicadores à distribuição racial da população, os mapas permitem uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de violência racializada no contexto urbano paulistano.

2. Entre a margem e o centro: terror racial e gestão de vidas negras em São Paulo

A experiência da população negra na cidade de São Paulo remonta ao passado colonial brasileiro, que moldou as estruturas de segregação e controle ainda presentes nas cidades. A configuração urbana atual, marcada por profundas desigualdades raciais e sociais, reflete uma lógica de exclusão que posiciona as populações negras em territórios vulneráveis e frequentemente alvo de violência estatal.

Como indicado por Santos, o racismo brasileiro opera espacialmente, produzindo “áreas duras” e “áreas moles” (Santos, 2022), em que a presença negra é tolerada, reprimida ou valorizada de acordo com o contexto social. Essas espacialidades se constituem como fronteiras invisíveis que moldam experiências de circulação, pertencimento e controle social.

Nas fases iniciais da ocupação do território paulista, até o início do século XIX, os trabalhadores, majoritariamente negros escravizados, residiam próximos a seus senhores, muitas vezes nos fundos das casas ou em cortiços improvisados, inexistindo ainda bairros inteiramente elitizados (Oliveira, 2016). Após a abolição da escravidão em 1888, no entanto, esse quadro se transformou. Já na década de 1890, políticas públicas e iniciativas privadas passaram a direcionar imigrantes europeus para os postos de trabalho urbanos e industriais, ao mesmo tempo em que expulsavam a população negra das áreas centrais, onde permanecia em cortiços e pensões baratos (Rolnik, 1988).

A partir das últimas décadas do século XIX e do início do século XX, a governança paulista — aqui entendida como o conjunto de práticas, normas e arranjos institucionais por meio dos quais diferentes atores políticos, econômicos e sociais exercem poder e tomam decisões que organizam a vida urbana (Kooiman, 2003; Pierre, 2000) — passou a implementar estratégias explícitas de “higienização” urbana. Em 1893, por exemplo, a demolição de cortiços no centro, justificada por razões sanitárias, já expulsava famílias negras e pobres para regiões mais afastadas. Esse processo se intensificou com as reformas urbanas do início do século XX, como a abertura da Avenida Paulista (1891) e a

reconfiguração do centro em moldes europeus, que selecionavam quem poderia habitar os espaços centrais (Bruno, 1984).

Esse processo foi antecedido pela substituição planejada da mão de obra negra escravizada por imigrantes europeus, em especial italianos, portugueses e espanhóis, integrados às políticas de branqueamento que buscavam redefinir a composição racial da cidade. Ao excluir a população negra do mercado de trabalho formal e das áreas urbanas centrais, essa política moldou profundamente o espaço urbano de São Paulo, gerando territórios racialmente segregados (Oliveira, 2016). Entre 1910 e 1930, bairros como o Bexiga e a Liberdade, antes com forte presença negra, foram progressivamente reocupados por imigrantes italianos, espanhóis e japoneses, em um processo de branqueamento que invisibilizou a contribuição negra na construção da cidade (Paterniani, 2020). A exclusão racial também se consolidou com as intervenções de Prestes Maia, prefeito entre 1938 e 1945, que, com seu Plano de Avenidas, deslocou populações pobres para as margens urbanas, reforçando o padrão periférico da moradia negra. Esse reordenamento urbano, além de refletir uma política de exclusão racial, consolidou a brancura como norma na organização espacial e social de São Paulo, promovendo a ideia de uma cidade branca e europeizada.

As dinâmicas de segregação não se limitam à separação espacial, mas envolvem dimensões centrais como a integração, relativa às possibilidades de interação entre grupos sociais, e o acesso, que reflete desigualdades na utilização dos recursos urbanos. Nesse sentido, Santos (2022) destaca que tais territorialidades produzem geografias de exclusão que persistem no presente, refletindo heranças coloniais na organização urbana. O deslocamento forçado, a segregação e a criação de espaços racializados configuram uma espacialidade da opressão, que se sobrepõe às políticas formais e orienta práticas de controle e circulação urbana.

Estudos que se concentram na distribuição desigual de grupos sociais pelo território urbano mostram que a localização da moradia influencia diretamente as oportunidades de acesso a políticas públicas e a bens materiais e simbólicos oferecidos pela cidade (França, 2022). Assim, a distribuição territorial da população negra nas

periferias urbanas e nos “bolsões de pobreza” (Amparo-Alves, 2011) deve ser entendida não apenas como herança histórica, mas também como manifestação atual de mecanismos estruturais que associam raça, espaço e exclusão. Compreender esse processo implica considerar como a urbanização de São Paulo produziu e reproduz desigualdades profundas, restringindo o acesso das populações racializadas a direitos básicos e ampliando sua exposição à precariedade e à violência.

Essa lógica, que associava modernização a branqueamento, perdurou ao longo do século XX e se atualizou durante a ditadura militar (1964-1985), quando grandes obras viárias e de infraestrutura favoreceram as classes médias e altas, ao passo que as periferias negras permaneciam precarizadas e isoladas. Isso consolidou um padrão de desenvolvimento urbano profundamente desigual.

Essa agenda reflete ideologias colonialistas e positivistas — aqui compreendidas como a visão de mundo derivada do positivismo do século XIX, que exaltava a ciência, a ordem e o progresso como fundamentos universais da modernidade, legitimando projetos de engenharia social e urbana orientados pela hierarquização racial e cultural (Comte, 1851; Schwarcz, 1993; Cirqueira; Santos, 2023). Essa ideologia associava progresso e civilização aos povos brancos europeus.

Não à toa, a modernização de São Paulo descrita por Oliveira (2016) imita o estilo europeu, evidenciando uma segregação espacial que ecoa a “*zona do não-ser*” de Frantz Fanon (2022). Para Fanon, a *zona do não-ser* é um espaço de exclusão onde indivíduos são despojados de sua humanidade, tornando-se descartáveis. Essa desumanização sustenta a violência colonial e a imposição de poder opressivo sobre as comunidades, incluindo a força policial. Nas áreas centrais, privilegiadas e ocupadas por pessoas com mais recursos e de aparência europeia, serviços e infraestrutura são amplamente disponíveis. Em contrapartida, as regiões periféricas, ocupadas majoritariamente por negros e trabalhadores, representam *zonas de não-ser*, com condições precárias e acesso limitado a serviços básicos. Essa divisão perpetua uma dinâmica de exclusão e marginalização, reforçando a segregação e a violência estrutural contra grupos historicamente marginalizados no Brasil.

Além disso, essa segregação espacial também reflete a lógica de Fanon de que o racismo não apenas desumaniza o negro, mas o coloca em uma posição de permanente exterioridade em relação ao tecido social dominante. O negro nas periferias de São Paulo é muitas vezes percebido como *fora do lugar* quando circula pelos espaços centrais, reforçando a noção de que sua presença não é desejada ou legítima nos espaços de prestígio da cidade.

Conforme descrito por Fanon (2022), nas fronteiras do mundo colonial dividido em dois, a polícia e os quartéis mantêm a segregação mediante a imposição da ordem, utilizando força colonial para isso. Nas áreas centrais, policiais e soldados intervêm de forma constante, usando violência e opressão contra os marginalizados, quando as pressões da consciência não se mostram suficientes. Assim, essas populações tornam-se alvos de uma postura policial seletiva, que aplica força desproporcional, sendo criminalizadas, constantemente monitoradas, revistadas e, em muitos casos, vítimas de violência policial.

O conceito de colonialidade do poder (Quijano, 2005) ajuda a entender como o Estado perpetua a opressão colonial por meio de dominação e exploração, especialmente nas periferias militarizadas. Essa militarização vai além do uso de forças armadas, funcionando como controle social para disciplinar populações racializadas e sujeitá-las à repressão estatal. Rocha e Davies (2024) apontam que essa prática atualiza o controle colonial, criando um regime de violência que restringe a mobilidade e segurança das populações negras. Assim, as periferias podem ser compreendidas como zonas de exceção no sentido proposto por Agamben (2004), embora essa leitura demande cautela. Como aponta Mbembe (2016), as formas de gestão da morte em territórios colonizados e racializados precedem e extrapolam os paradigmas europeus trabalhados por Agamben. A exceção, nesses contextos, não é uma suspensão extraordinária do direito, mas uma norma histórica de governo racializado. Desse modo, as vidas negras são constantemente ameaçadas e tratadas como descartáveis, com a violência letal operando como ferramenta de gestão populacional (Agamben, 2004; Mbembe, 2016). A pertinência da exceção, aqui, é espacial e durável. Essa leitura

permite compreender as periferias racializadas como espaços em que a exceção opera continuamente, articulando-se ao governo da morte.

Ademais, a militarização das periferias exemplifica o exercício de biopoder, regulando a vida e a morte dessas populações. Embora conceitos como biopoder (Foucault, 2005) e estado de exceção (Agamben, 2004) contribuam para compreender o funcionamento do poder nas sociedades modernas, suas formulações foram criticadas por autores como Achille Mbembe por negligenciarem a centralidade do racismo e da colonialidade. A noção de biopolítica, desenvolvida por Foucault (2005, p. 304), mostra como o poder moderno passou a se ocupar de administrar a vida das populações, controlando processos vitais como saúde, natalidade e riscos coletivos. Nas palavras de Foucault (2005, p. 304), trata-se de “aquele domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu o controle”. A partir desse ponto, Achille Mbembe (2016) argumenta que a soberania atinge sua expressão máxima quando pode ditar não somente quem pode viver através da gestão da vida pelo governo, mas também quem deve morrer, deslocando a questão do simples governo da vida para a produção da morte.

O conceito de necropolítica, formulado por Mbembe (2016), surge justamente como resposta à insuficiência dessas abordagens eurocêntricas para explicar a política da morte em territórios racializados. Assim, este artigo parte da necropolítica como chave interpretativa, sem perder de vista os limites e potencialidades dos marcos teóricos que a precedem. Desse modo, a violência letal, longe de ser exceção, é uma política que, sob o pretexto de segurança, perpetua exclusão e repressão racial. Farias (2008) descreve essa dinâmica como a criação de uma “população matável”, em que vidas negras são tratadas como descartáveis, e suas mortes, naturalizadas como parte de um projeto de pacificação que é, na verdade, uma extensão do terror racial.

Nesses territórios, o Estado exerce poder soberano, impondo a morte como forma de controle social. Mbembe (2016) explora a necropolítica, em que o poder decide quem vive e morre. Aproximando-se dessas teorias, Agamben (2004, p.13) descreve o estado de exceção como “a forma legal daquilo que não pode ter forma legal”, situado na fronteira entre o jurídico e o político. Assim, quando essa exceção deixa de ser

provisória e se normaliza, transformando-se em rotina, ela passa a constituir um paradigma de governo, um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo. Nas periferias racializadas de São Paulo, a necropolítica e as zonas de exceção se manifestam na violência policial cotidiana, expondo constantemente os habitantes à morte. Dessa forma, a necropolítica de Mbembe complementa a “*zona do não-ser*” de Fanon, evidenciando que, em sociedades marcadas pelo colonialismo e desigualdade racial, o Estado transforma certos grupos em “mortos-vivos”, em que a vida é governada pela lógica da morte e da exceção constante.

Flauzina e Pires (2020) argumentam que o racismo no Brasil opera como um projeto genocida, em que o Estado, por meio de suas instituições, legitima a violência racial e a exclusão, perpetuando a morte negra como forma de controle populacional. Esse terror racial se estende além dos momentos de violência, mantendo o medo constante de ser alvo de uma intervenção policial, a sensação de insegurança que permeia o cotidiano das populações marginalizadas, e a perpetuação de um estado de exceção nas periferias.

Segundo Flauzina (2014), essa violência é parte de um projeto de controle racial enraizado na história colonial brasileira. Operações militares e policiais constantes nas periferias tratam a população negra como inimiga interna, reforçando a exclusão racial e a precariedade. A figura do inimigo racializado legitima tais operações, e a mídia contribui ao retratar o jovem negro como perigoso, naturalizando a violência contra ele. Nas favelas, operações policiais que resultam em morte são justificadas como limpeza urbana, intensificando o controle racial na cidade.

A segregação espacial entre o centro e a periferia marca uma divisão racial e social, em que as populações negras são relegadas a zonas de exceção, dominadas pela violência letal. A pandemia da COVID-19, por exemplo, evidenciou ainda mais essas desigualdades estruturais. Como apontam Flauzina e Pires (2020), enquanto as elites brancas podiam se isolar em segurança, as populações negras e periféricas enfrentaram condições precárias de moradia, falta de saneamento e necessidade de trabalhar para sobreviver, mesmo em meio à crise sanitária. A cidade negra, nesse contexto, é tratada

como um espaço de vulnerabilidade extrema, em que as políticas públicas falham em proteger a população e, ao contrário, perpetuam sua exposição à morte.

Esse cenário reflete uma política deliberada de genocídio racial, na qual o Estado, por ação ou omissão, colabora para a eliminação da população negra. Como argumentam Flauzina e Pires (2020), a militarização, a violência policial e a negligência das políticas públicas são instrumentos de um projeto de gestão racial que visa à eliminação da população negra.

Dessa forma, a organização espacial de São Paulo não deve ser compreendida apenas como reflexo da desigualdade socioeconômica, mas como expressão material de uma racionalidade estatal que racializa os territórios. Ao segmentar a cidade em zonas de prestígio e zonas de exceção, o Estado institui uma forma de governo que distribui desigualmente a produção da vida e da morte, segundo critérios raciais. Trata-se de um modelo de gestão que, embora opere sob o manto da democracia formal, preserva a lógica colonial ao tratar a presença negra como ameaça, excesso ou risco a ser controlado. A exclusão territorial, nesse contexto, não é um efeito colateral do desenvolvimento urbano, mas sim um dispositivo político que permite ao Estado manter sob vigilância e contenção populações historicamente marginalizadas, agora governadas como excedentes descartáveis. A cidade, portanto, não é apenas o cenário em que a desigualdade se expressa, mas uma tecnologia de poder que organiza quem pode circular, habitar e sobreviver, e quem será sistematicamente marginalizado ou eliminado.

3. Nota metodológica

A construção dos mapas temáticos apresentados neste estudo baseou-se na integração e análise espacial de dados secundários, processados no software de geoprocessamento QGIS. A metodologia adotada articula princípios da cartografia crítica — entendida como a perspectiva que problematiza o caráter político e social dos mapas, questionando sua aparente neutralidade e evidenciando como a produção

cartográfica pode reproduzir ou revelar relações de poder e desigualdade (Harley, 1989) — com técnicas de análise geoespacial, visando revelar interseções entre a letalidade policial, a desigualdade racial e a precariedade urbana no município de São Paulo.

A metodologia deste trabalho baseou-se na utilização de três principais bases de dados secundárias. A primeira foi o GeoSampa (2024), plataforma da Prefeitura de São Paulo que disponibiliza camadas georreferenciadas em formato *shapefile*. A partir dela, foram extraídas as seguintes informações: limites dos distritos administrativos; tipologias de habitação precária, incluindo favelas, cortiços e loteamentos irregulares; localização dos equipamentos públicos de saúde; e localização das unidades da Polícia Militar e da Polícia Civil.

A segunda base utilizada foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do qual foram incorporados dados do Censo Demográfico de 2010, com a distribuição da população por cor/raça por distrito, além da taxa de analfabetismo estimada pela PNAD 2015. Também foi utilizado o *shapefile* oficial do município como base de referência para o georreferenciamento e cruzamento espacial das informações.

Por fim, foram considerados os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (2024), referentes a mortes decorrentes de intervenção policial registradas entre 2013 e 2024. Esses registros foram agregados e geocodificados para análise espacial, compondo não uma série histórica, mas um retrato consolidado do período, categorizado por raça/cor e por localidade. Esses dados, originalmente agregados na escala municipal, foram refinados para o nível distrital por meio de técnicas de geocodificação e inferência espacial, permitindo maior precisão na análise territorial da letalidade policial.

Acerca da produção de informações sobre casos de MDIP, interessa registrar que nem toda morte promovida por agentes policiais é registrada de forma uniforme no Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas Criminais. A Resolução SSP nº 161/2001 definiu o boletim de ocorrência da Polícia Civil como fonte primária dos dados oficiais, disciplinando a consolidação estatística a partir das unidades policiais. Posteriormente, a Resolução SSP nº 146/2013 introduziu distinção normativa entre os homicídios

dolosos praticados por policiais e as mortes decorrentes de intervenção policial: enquanto os primeiros, quando assim classificados pelas Corregedorias, devem ser incluídos no cômputo geral de homicídios dolosos, os segundos são registrados em categoria própria, não compondo o total de homicídios comuns. Complementarmente, a Resolução SSP nº 516/2000 atribuiu às Corregedorias a responsabilidade pela produção e envio dos dados de vitimização e letalidade policial à Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria. Esse arranjo normativo evidencia que a categorização das mortes provocadas por policiais no Estado de São Paulo não é homogênea, mas sim dual, o que acarreta efeitos diretos sobre a mensuração e interpretação da letalidade policial nos registros oficiais.

Após a coleta, os dados foram integrados em um projeto unificado no ambiente QGIS, no qual foram realizadas diversas operações para assegurar a consistência e a compatibilidade espacial das informações. Inicialmente, foi feito um *join* espacial e uma união de atributos, em que as tabelas do IBGE foram associadas aos distritos administrativos com base nos códigos territoriais. Em seguida, os dados de MDIP foram geocodificados e, nos casos em que a informação original não permitia a associação direta à escala distrital, foram aplicadas técnicas de interpolação espacial para estimar suas localizações. Por fim, todas as camadas foram padronizadas ao sistema de referência cartográfica SIRGAS 2000/UTM zona 23S, garantindo a compatibilidade entre os diferentes conjuntos de dados utilizados na análise.

A etapa de visualização e análise cartográfica foi conduzida a partir de três eixos principais. O primeiro eixo tratou da letalidade policial, com a representação espacial da distribuição dos casos de MDIP, por meio de técnicas como símbolos graduados, mapas de calor (*heatmaps*) e categorização por raça/cor.

O segundo eixo abordou a desigualdade racial e a vulnerabilidade urbana, utilizando simbologia por classes (quantis e desvios padrão) para identificar padrões de concentração da população negra e indicadores de exclusão socioeducacional.

O terceiro eixo concentrou-se na presença estatal, com o mapeamento da distribuição dos equipamentos públicos de saúde e segurança, a fim de avaliar o padrão

de cobertura e territorialização dos serviços oferecidos pelo Estado. Para aprofundar a análise, foram utilizadas ferramentas como *rule-based rendering* e *layer intersection*, permitindo identificar zonas de sobreposição entre variáveis, como distritos com alta incidência de letalidade policial, predominância de população negra e maior presença de habitações precárias.

A leitura dos dados foi orientada por uma abordagem relacional e territorializada, permitindo compreender as dinâmicas socioespaciais a partir da espacialização das informações. Essa perspectiva possibilitou a observação de correlações significativas, como a sobreposição entre a distribuição racial da população e as áreas com maior precariedade habitacional; a localização das unidades policiais em relação à incidência de letalidade policial; e a ausência de serviços públicos em territórios marcados por maior vulnerabilidade social. A partir dessa leitura, foi possível identificar padrões de racialização do espaço urbano, evidenciando como a violência letal do Estado se articula com a reprodução estrutural das desigualdades socioespaciais.

4. Mapas da exclusão: a geografia da violência

Nesta seção, serão apresentados seis mapas temáticos que visam apresentar a complexa geografia da desigualdade racial e da violência na cidade de São Paulo. Por meio de indicadores específicos distribuídos territorialmente, destacam-se dados sobre tipos de habitação, taxa de analfabetismo, estabelecimentos educacionais, de saúde e de segurança pública, além dos dados de mortes decorrentes de intervenção policial (MDIP). Esses indicadores, associados à distribuição racial na cidade, contribuem para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de violência racializada presentes no contexto urbano paulistano.

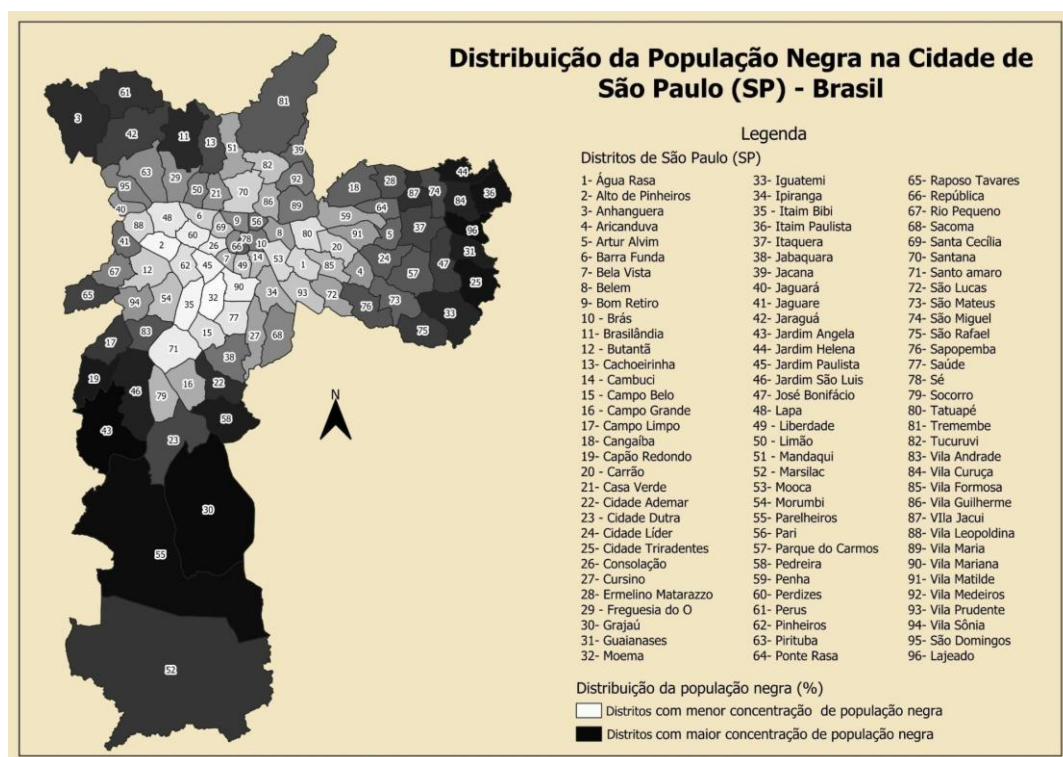
Para compreender as dinâmicas da necropolítica, a literatura aponta a importância de observar aspectos demográficos e sociais frequentemente negados às populações localizadas em determinados territórios. Nesse contexto, a violência policial não se apresenta de forma isolada, mas como parte de um projeto de exclusão social

mais amplo e sistemático. A análise da necropolítica, associada a dados sobre escolaridade, saúde, renda e outros indicadores sociais, permite aprofundar a compreensão das dinâmicas da violência racializada no Brasil. Essas variáveis são essenciais para entender como a violência policial em territórios marginalizados reflete um projeto de exclusão que transcende a esfera da segurança pública, abarcando a precarização da vida em múltiplos aspectos (Mbembe, 2016).

Essa análise demonstra a construção de uma alteridade radical - ou seja, uma visão dos “outros” como profundamente diferentes e distantes do ideal criado para o “nós”. Essa alteridade é marcada por características como o lugar onde essas pessoas vivem e sua raça, reforçando uma divisão espacial, racial e moral. Assim, esses indivíduos acabam associados a uma “imagem fantasmagórica do inimigo” (Magalhães, 2020), que não é uma pessoa específica, mas um conceito simbólico de ameaça, projetado sobre certos grupos racial, moral e espacialmente localizados. Isso contribui para a separação e marginalização desses indivíduos seja por meio do extermínio, da alocação geograficamente afastada ou da criminalização de seus atos.

Os mapas aqui produzidos constituem-se como “relevantes ferramentas na interpretação e leitura do território, possibilitando revelar a territorialidade das construções sociais” (Anjos, 2014, p. 334). Além disso, possibilitam uma análise integrada de variáveis, demonstrando como “a necropolítica atinge majoritariamente as vidas negras, produzindo estilhaçamento de suas histórias” (Oliveira, 2022, p. 5).

Mapa 1 - Distribuição da População Negra na Cidade de São Paulo (SP) – Brasil



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE, 2012 e GeoSampa, 2024

O primeiro mapa que gostaríamos de analisar refere-se à distribuição da população negra na cidade de São Paulo, elaborado com base nos dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE) e na plataforma GeoSampa (2024). Observa-se que a população negra se concentra predominantemente nas periferias, especialmente nas zonas sul e leste, enquanto os distritos centrais e algumas áreas de maior renda apresentam baixa densidade de residentes negros. Essa configuração territorial decorre de um processo histórico de segregação racial e socioespacial iniciado no período pós-abolição e intensificado com a expansão urbano-industrial da cidade. Segundo os dados do Censo, o município possui 11.451.999 habitantes, sendo 54,3% brancos (6.214.422 pessoas), 43,5% negros (pretos e pardos, 4.980.399 pessoas), 2,1% amarelos (238.603 pessoas) e 0,2% indígenas (17.727 pessoas).

A área do município é de aproximadamente 1.521 km², resultando em densidade média de 7.528 habitantes por km². Embora o mapa apresentado tenha sido construído exclusivamente com IBGE e GeoSampa, vale mencionar, de forma complementar, os dados do Mapa da Desigualdade 2023, da Rede Nossa São Paulo, que corroboram a

distribuição desigual da população negra: enquanto no distrito da Sé essa população representa 38,3%, em áreas periféricas como Jardim Ângela, Grajaú e Parelheiros a proporção ultrapassa 55%, alcançando 60,1% no Jardim Ângela. Essa distribuição espacial reflete um processo histórico de territorialização e segregação racial na cidade, que remonta ao período pós-abolição da escravidão e se intensifica durante o desenvolvimento urbano-industrial de São Paulo, como apontado no início deste artigo.

A análise desta configuração espacial permite uma leitura profunda sobre como a colonialidade do território se manifesta e como o racismo estrutural produz o branqueamento do território (Santos, 2020) e influencia a geografia urbana da cidade. Nesse sentido, é fundamental compreender a noção de branquitude — entendida não apenas como identidade racial de pessoas brancas, mas como posição de privilégio social, político e simbólico construída historicamente, que sustenta a manutenção das hierarquias raciais e legitima a naturalização das desigualdades (Bento, 2002). Para Denilson Oliveira (2022, p.7), “esses espaços e itinerários nasceram marcados pela ação violenta do Estado, criado pela branquitude, para exercer o monopólio racial da violência; o monopólio racial das leis e normas jurídicas e o monopólio racial da arrecadação a serviço da branquitude”.

A cidade de São Paulo, como outras cidades latino-americanas, foi construída sob uma lógica colonial que associa certos territórios a populações racializadas e lhes atribui menos valor. Essa visão colonial persiste e se atualiza ao longo do tempo, relegando as populações negras a áreas periféricas, onde o acesso à infraestrutura, serviços e oportunidades é drasticamente limitado. Segundo Castilho (2024), os projetos de reformulação viária em São Paulo “coincidem com um período de dificuldades econômicas para as pessoas mais pobres”, resultando em um aumento significativo de custos que dificulta a permanência de muitas famílias nas regiões centrais da cidade (Castilho, 2015, p. 16-17).

Essa observação é fundamental para compreender como as políticas urbanas, muitas vezes justificadas sob a égide do desenvolvimento e da modernização, têm

contribuído para a expulsão de comunidades negras do centro da cidade, forçando-as a se deslocar para as periferias.

Trata-se de um processo de segregação que, embora não formalizado por um aparato legal específico, se constitui de forma estrutural e histórica, como resultado de políticas urbanas e sociais que sistematicamente negligenciam as populações racializadas e em situação de vulnerabilidade, relegando-as às regiões periféricas e desassistidas. Como sintetiza Oliveira (2022, p. 7-8), “os negros precisam ser contidos, interditados, confinados, exterminados e adestrados para servir à branquitude”.

Nesse mesmo sentido, Couto (2021) observa que a precarização da vida urbana, marcada por políticas públicas instáveis ou inexistentes, pela vulnerabilidade social e pelo ciclo da pobreza, transforma as periferias em espaços quase invisíveis, onde a violência é naturalizada. Segundo o autor, “por trás dessa naturalização, há um racismo estrutural e institucional, herança do nosso passado colonial, que condena a população negra à morte” (Colares, 2021, p. 66). Evidente, portanto, que a segregação urbana não depende de leis explícitas, mas é sustentada por práticas de racialização do espaço, pela seletividade penal e pela gestão desigual de serviços públicos, produzindo uma distribuição territorial assimétrica de dignidade e de violência.

Ao adotar o termo “segregação”, alinhamos este trabalho à singularidade do racismo nacional, onde a negação formal do racismo convive com políticas e práticas que reiteram cotidianamente a exclusão racial. Trata-se, portanto, de uma segregação silenciosa, que constrói muros simbólicos e operacionais entre a “cidade branca” e a “cidade negra” (Fanon, 2022), mesmo sob o véu da democracia formal.

Véras (2023), ao examinar a relação histórica entre segregação racial e desenvolvimento urbano em São Paulo, afirma que a cidade foi configurada para favorecer os interesses da elite cafeeira (Véras, 2023, p.34), mantendo a população negra e de baixa renda afastada dos centros de poder e riqueza. Nesse sentido, a cidade foi organizada para favorecer o acúmulo de capital da cafeicultura e a exploração da mão de obra escravizada, o que transformou seu espaço urbano e consolidou desigualdades que permanecem até hoje. No auge da economia cafeeira, os barões do café passaram

a residir no centro, criando áreas nobres, enquanto zonas de pobreza surgiram nas margens, abrigando uma força de trabalho majoritariamente negra e imigrante, o que gerou uma segregação espacial que, como visto no mapa deste artigo, ainda persiste.

De acordo com Vêras, a partir do século XX, o processo de industrialização e o Plano de Avenidas, guiado pelo rodoviarismo, continuaram a expandir a cidade de modo a favorecer as elites. A população de baixa renda, em grande parte negra, foi gradualmente expulsa das regiões centrais para bairros periféricos, em um processo de exclusão que Vêras aponta como evidência de racismo estrutural no Brasil. Tal exclusão, segundo a autora, não é apenas social, mas também racial, manifestando-se na “concentração da população negra nas chamadas periferias de São Paulo” (Vêras, 2023, p. 37). Estruturalmente, podemos perceber um sistema de distribuição que associa valor ao território com base na composição racial e econômica. Portanto, a análise da territorialização de São Paulo não pode ser dissociada de uma compreensão crítica das desigualdades raciais que persistem na cidade.

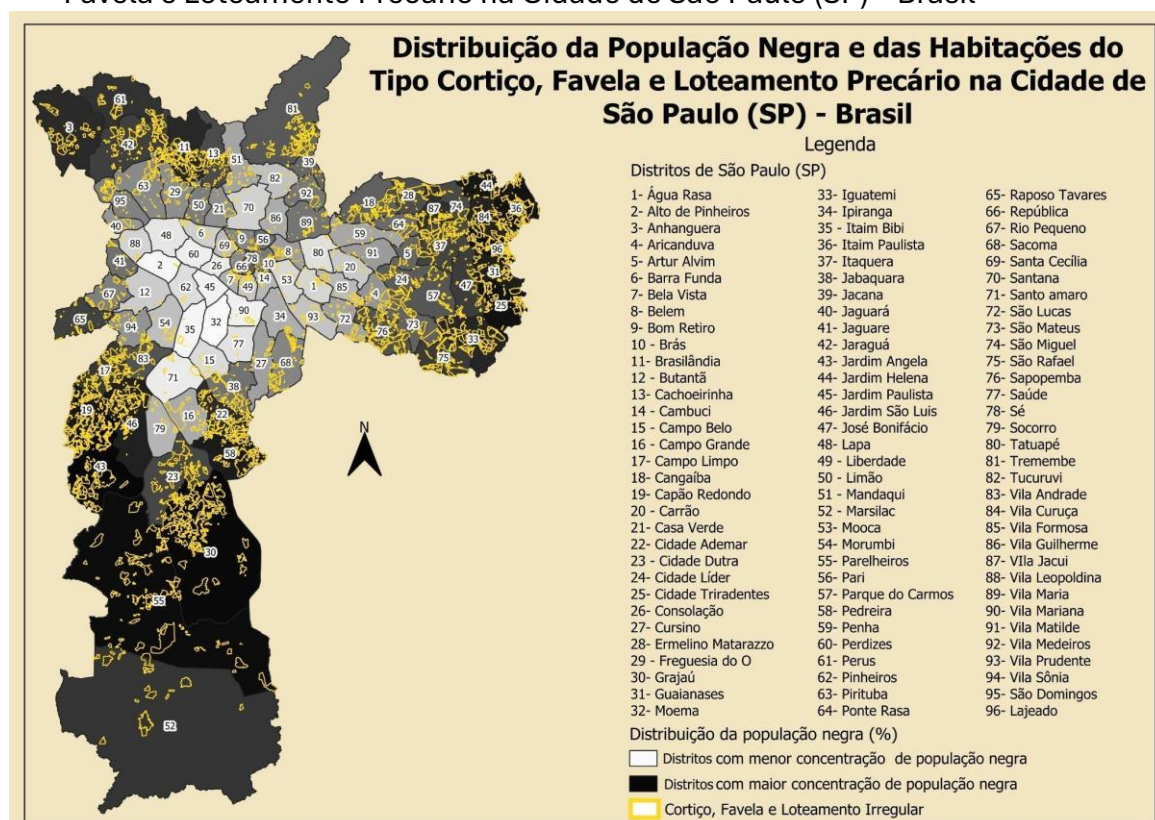
Nesse mesmo sentido, Oliveira afirma que houve uma segregação de riquezas, refletida na cidade, de modo que “os pobres e negros foram expulsos das áreas mais valorizadas e, posteriormente, foram compor as extensas periferias, pobres e precárias no ambiente construído” (Oliveira, 2016, p.13).

A partir dessa compreensão, passaremos a analisar demais componentes que revelam a intersecção entre racismo, desigualdade social e controle territorial. A territorialização da violência não se limita a atuação das forças policiais, mas é parte de um complexo sistema de políticas públicas que têm historicamente marginalizado a população negra em São Paulo. O conceito de necropolítica, que permeia nossa discussão, nos leva-nos a considerar como o Estado opera não apenas na manutenção da ordem, mas na produção de espaços de morte e sofrimento.

Dessa forma, entendemos que a marginalização da população negra ocorre não apenas pela repressão direta, mas também por meio de múltiplas dinâmicas de segregação que se manifestam em diversas dimensões. O objetivo desta análise, portanto, vai além de uma mera cartografia da violência em São Paulo: buscamos

explorar as estruturas que sustentam e perpetuam esse ciclo de violência e opressão. Com isso, torna-se possível compreender como o controle sobre a vida e a morte se expressa no espaço urbano, expondo as dinâmicas de poder e exclusão que atravessam a cidade.

Mapa 2 - Distribuição da População Negra e das Habitações do Tipo Cortiço, Favela e Loteamento Precário na Cidade de São Paulo (SP) – Brasil



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE, 2012 e GeoSampa, 2024

O Mapa 2 apresentado revela a concentração de habitações precárias (cortiços, favelas e loteamentos irregulares) em regiões da cidade com maior proporção de população negra, evidenciando o que Vêras (2023) denomina de “ressonâncias espaciais do racismo”. A autora argumenta que, nas cidades brasileiras estruturadas pela lógica capitalista, o acesso a áreas com infraestrutura qualificada é mediado por critérios de renda, qualificação e posição social, numa dinâmica profundamente atravessada pelo racismo estrutural. Essa lógica promove a exclusão sistemática da população negra dos espaços valorizados da cidade, confinando-a a territórios

periféricos e desprovidos de recursos, uma segregação urbana que se naturaliza sob o pretexto de racionalidade econômica e eficiência das políticas públicas. As políticas habitacionais e de infraestrutura, ao se pautarem pela lógica de mercado, acabam por reforçar a segmentação territorial e racial, com impactos concretos sobre mobilidade, acesso a serviços urbanos e oportunidades de cidadania.

Esse padrão é historicamente reconhecível nos dados urbanos da cidade de São Paulo. Como aponta Oliveira (2016), os censos das últimas décadas do século XX revelaram o crescimento expressivo da habitação precária e ilegal, materializado pela expansão de favelas e cortiços, especialmente nas periferias. Para o autor, esse fenômeno reflete não apenas uma crise habitacional, mas também a confluência de múltiplas dimensões sociais, econômicas e políticas que estruturam a desigualdade no Brasil. Ele afirma que “a favela alcança proporções (...) desanimadoras, porque ela é resultado da crise da habitação, da questão social, dos problemas econômicos e políticos do cenário brasileiro” (Oliveira, 2016, p. 69).

França (2022) aprofunda o debate ao demonstrar que a segregação racial persiste mesmo entre indivíduos do mesmo estrato socioeconômico. A partir do Censo de 2010 e do índice de dissimilaridade, mostra que, quanto maior a renda, maior a distância residencial entre negros e brancos — passando de 0,18 entre os mais pobres para 0,40 nos estratos superiores —, o que refuta a ideia de que a segregação urbana se resume à desigualdade de classe. Na mesma direção, análises espaciais com *L.I.S.A. Maps*⁵ indicam que profissionais brancos tendem a se concentrar nas áreas centrais, enquanto profissionais negros, mesmo ocupando posições semelhantes, vivem nas regiões periféricas. O estudo também evidencia que a segregação racial atravessa as redes sociais e os circuitos de circulação, limitando o acesso da população negra a espaços de prestígio e integração social. Com isso, França reforça que a raça permanece como um marcador estruturante da desigualdade urbana, tornando indispensável que os

⁵ *L.I.S.A. Maps* (*Local Indicators of Spatial Association*) são mapas que identificam aglomerados espaciais significativos, mostrando como características semelhantes (como cor ou renda) se distribuem e se agrupam no território.

estudos sobre urbanização e habitação incorporem de forma sistemática a variável racial.

Essa diferença não apenas confirma a persistência da segregação racial, como também evidencia seus efeitos sobre a mobilidade urbana, o acesso a oportunidades e a circulação em espaços de prestígio social. Mesmo entre membros das classes médias, a homofilia racial e espacial das redes pessoais — entendida como a tendência de indivíduos a estabelecerem relações sociais preferencialmente com pessoas da mesma raça ou cor, fenômeno que reforça barreiras simbólicas e materiais de convivência (McPherson; Smith-Lovin; Cook, 2001) — reforça padrões de fechamento e exclusão que limitam a integração social e econômica dos negros. Ao articular dados quantitativos e qualitativos, o estudo de França (2022) revela que o pertencimento racial opera como marcador estruturante da desigualdade urbana no Brasil, inclusive entre indivíduos que ocupam posições semelhantes na hierarquia social. A segregação urbana, nesse sentido, não pode ser compreendida apenas como um fenômeno de classe, mas como uma expressão concreta do racismo estrutural que organiza o espaço e as relações sociais nas cidades brasileiras. Esse padrão evidencia a urgência de incorporar a variável racial de forma sistemática nas análises sobre urbanização, habitação e acesso à cidade.

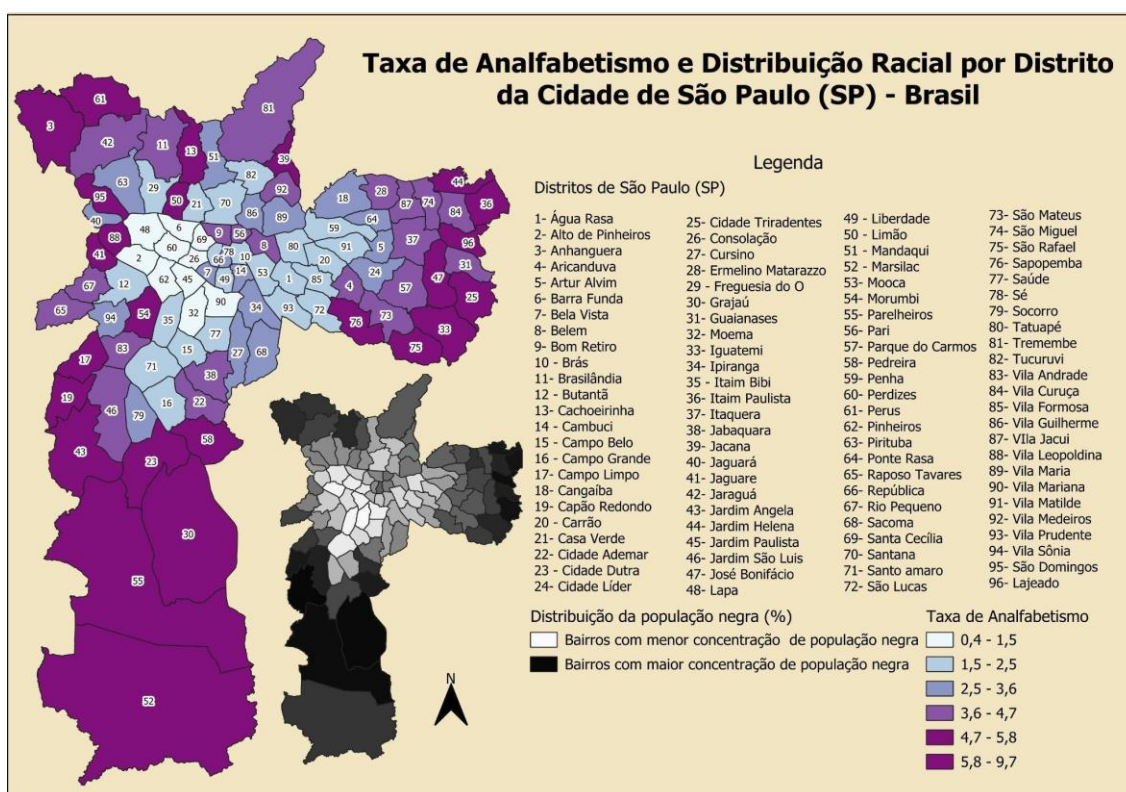
O mapa aqui apresentado demonstra que, se olharmos para a região central, em que o número de pessoas negras é bastante pequeno, o número de habitações irregulares como favelas e cortiços é reduzido, sobretudo quando comparado às proporções das áreas periféricas, em que o percentual de pessoas negras é maior. Um elemento importante a se reter da análise do mapa é a existência de favelas e comunidades no centro da cidade, as quais, conforme será visto mais adiante, registram as mais elevadas taxas de mortes decorrentes de intervenção policial.

A análise do mapa evidencia como o espaço urbano é moldado por uma lógica de exclusão racial e social, que confina as populações negras nas periferias, caracterizadas pela precariedade habitacional e pela escassez de serviços públicos. Essa segregação, conforme explicado em seção anterior, é intensificada por um processo histórico de

marginalização, que remonta ao período colonial e é reatualizado pelo Estado contemporâneo por meio de práticas que territorializam o terror racial (Flauzina; Pires, 2020).

A distribuição de habitações precárias no território negro evidenciam, assim, uma continuidade das práticas de exclusão e violência. Esse cenário é mantido pela constante vigilância e intervenção policial nas periferias. É importante ter em vista que o território tem sido critério relevante para a caracterização do crime de tráfico de drogas no Sistema de Justiça Criminal brasileiro (Jesus, 2016) e, justamente por isso, tem sido um indexador relevante para analisar o perfilamento racial na atuação da polícia (Reis; Ribeiro, 2023). Conforme será abordado nos mapas seguintes, essa vigilância preferencial em territórios negros é também causa de contínua exposição à morte.

Mapa 3 - Taxa de Analfabetismo e Distribuição Racial por Distrito da Cidade de São Paulo (SP) - Brasil



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE, 2012 e GeoSampa, 2024

O mapa 3 demonstra a distribuição da taxa de analfabetismo e da concentração de população negra nos distritos, revelando uma correlação explícita entre periferização racial e índices educacionais baixos. Em termos de leitura geográfica, ele evidencia a segregação territorial racializada, em que as regiões periféricas e com maior concentração de população negra apresentam taxas de analfabetismo mais elevadas (variando de 5,8% a 9,7%), em contraste com as regiões centrais e de classes sociais mais altas, em que esses índices são significativamente menores (entre 1,4% e 2,5%). Essa distribuição não é meramente geográfica; é a expressão de uma segregação racial e social que encontra-se embutida na estrutura espacial e urbana da cidade.

O alto índice de analfabetismo nessas áreas não é mero reflexo da ausência de políticas educacionais, mas sim o resultado de uma organização espacial que deliberadamente mantém essas populações em condições de desvantagem, perpetuando uma exclusão que atravessa gerações.

Ghiraldelli Jr. (2001) discute a história da educação brasileira como um projeto político disputado pelos interesses das classes sociais. Assim, a taxa de analfabetismo nos bairros periféricos não pode ser lida isoladamente dos mecanismos de exclusão racial e violência estrutural do Estado. Exemplifica-se, assim, que a necropolítica descrita por Mbembe (2016) vai além da simples ideia de controle sobre a morte física; ela implica também um controle sobre a vida em sua essência, limitando e condicionando as possibilidades de existência de determinados grupos.

No contexto de São Paulo, o mapa da taxa de analfabetismo e da distribuição racial é um exemplo da necropolítica em ação, em que o território se torna um mecanismo de controle e delimitação de oportunidades. Mbembe (2016) argumenta que o necropoder atua também pela criação de “zonas de abandono”, em que o Estado decide não intervir positivamente, deixando que condições de vida subumanas persistam.

Quando se pensa na necropolítica para além da morte física, vê-se que esse poder de decidir quem vive ou morre se manifesta na limitação da “vida que vale a pena ser vivida”. Na prática, essas comunidades vivem sob uma constante precarização e

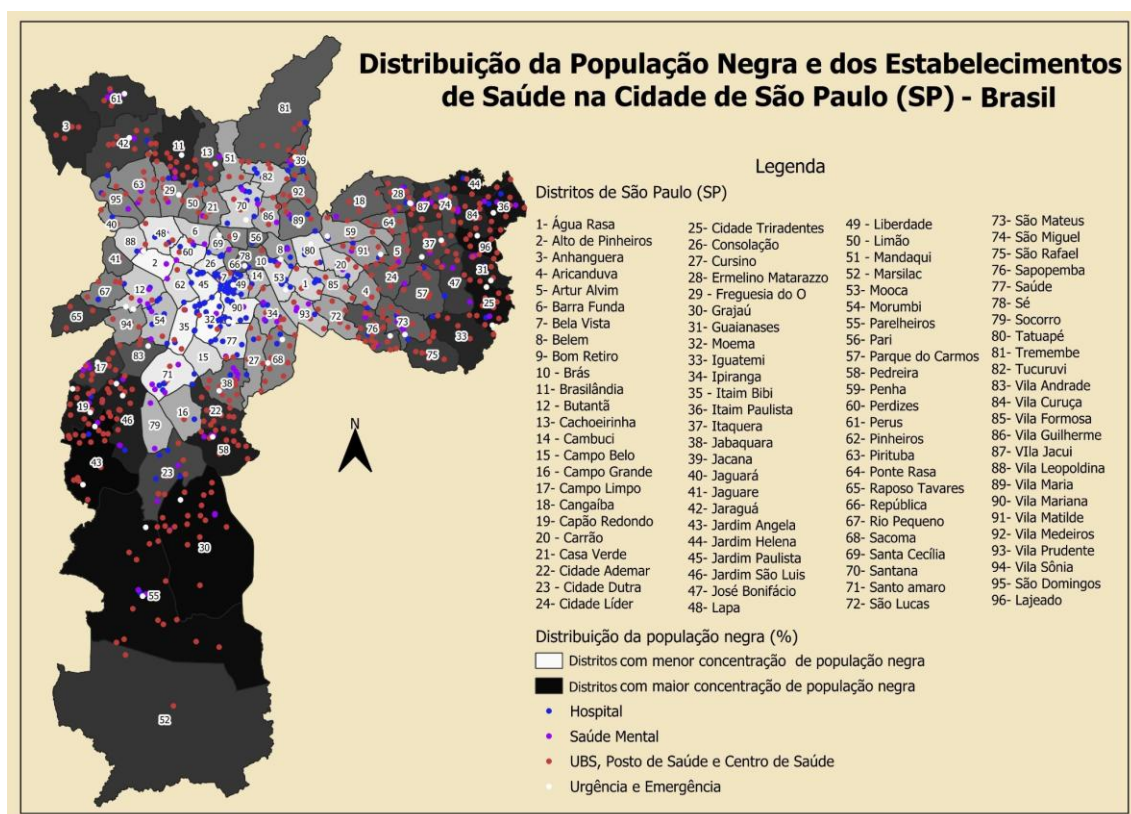
vulnerabilidade, em que o viver se torna uma luta diária pela sobrevivência em um sistema que lhes nega os direitos mais básicos. Como bem observa Mbembe (2016), a necropolítica é o governo da morte, mas é também o governo das ausências e das privações, limitando as possibilidades de existência.

Nesse sentido, coaduna-se com essa análise o estudo “A cor da infraestrutura escolar: Diferenças entre escolas brancas e negras”, publicado pelo Observatório da Branquitude (2024), que oferece uma análise profunda das desigualdades estruturais que impactam a educação no Brasil e que se refletem de maneira especialmente dramática nas condições das escolas de Educação Básica. Esse levantamento revela como a falta de infraestrutura adequada em escolas com maioria de estudantes negros reflete um processo de exclusão que tem raízes históricas e sociais profundas, perpetuando um ciclo de marginalização e vulnerabilidade.

A ausência de recursos básicos em escolas predominantemente negras, como biblioteca, laboratório de informática, quadra de esportes, saneamento básico e água potável, conforme apontado no estudo, não é apenas uma questão de infraestrutura. O desenvolvimento desigual da cidade de São Paulo, que historicamente cria regiões urbanas centrais bem equipadas e periferias marginalizadas, manifesta-se na educação como uma ferramenta de controle social e reflexo da colonialidade ainda presente nas instituições e políticas urbanas.

Ao promover uma geopolítica do poder e do abandono, tal disposição espacial desigual confina populações racializadas a condições de vulnerabilidade educacional e econômica e, estruturalmente, também as torna alvo da letalidade policial, perpetuando o ciclo de exclusão e violência.

Mapa 4 - Distribuição da População Negra e dos Estabelecimento de Saúde na Cidade de São Paulo (SP) – Brasil



Fonte: Elaboração própria, com base em DataSUS, 2024; IBGE, 2010 e GeoSampa, 2024.

O mapa 4 evidencia a profunda desigualdade na localização dos serviços de saúde na cidade. Unidades de maior complexidade, como hospitais e centros especializados em saúde mental, estão concentradas no centro e em bairros predominantemente brancos. Em contraste, nas áreas periféricas, habitadas majoritariamente por populações negras, o acesso é limitado a unidades básicas de saúde (UBS) e postos de saúde, representando um atendimento restrito e insuficiente para as demandas dessas regiões.

Essa disposição territorial reflete o histórico de negligência estatal e exclusão social que exploramos anteriormente. Em São Paulo, as áreas com maior concentração de negros e distantes do centro têm serviços de saúde fragmentados e sem especialidades, o que exacerba a vulnerabilidade dessa população. A ausência de suporte médico adequado retroalimenta um ciclo de saúde precária, agravado pela violência cotidiana e pelas condições de vida nas periferias.

A concentração de hospitais e centros especializados em saúde mental nas regiões centrais cria barreiras geográficas significativas para as populações periféricas, que enfrentam dificuldades adicionais para acessar tratamentos e serviços especializados. Essas barreiras agravam-se pela precariedade do transporte público e pelas longas distâncias que os moradores precisam percorrer até os bairros centrais, resultando em atrasos ou até no abandono de tratamentos devido a limitações logísticas e econômicas.

Esse modelo de saúde pública em São Paulo reflete uma lógica de cuidados mínimos para áreas marginalizadas, em que a presença limitada de UBS e postos de saúde atende apenas a uma função emergencial, sem garantir continuidade ou prevenção eficaz. Essa configuração pode ainda ser interpretada como manifestação do biopoder, conforme discutido por Foucault (2014), em que o Estado exerce controle sobre populações específicas ao decidir como e onde alocar recursos de saúde, perpetuando o ciclo de precariedade e adoecimento.

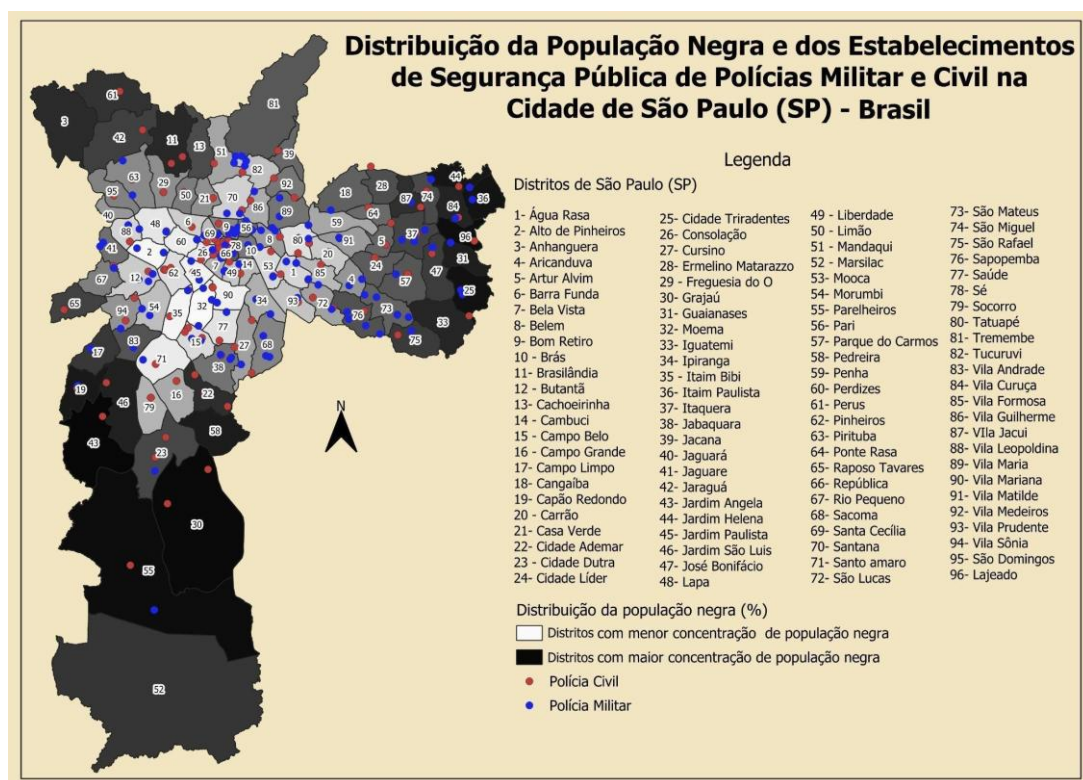
Ademais, o mapa também revela a invisibilização das necessidades de saúde mental nas áreas periféricas de maioria negra. A ausência de centros especializados nessas regiões reflete o estigma e a desvalorização das demandas de saúde mental dessas comunidades, frequentemente mais expostas ao estresse social, à violência e à insegurança. Sem infraestrutura de apoio, essas populações são obrigadas a enfrentar essas condições por conta própria, aprofundando a exclusão e a precariedade estrutural a que estão submetidas (López, 2012).

Dessa forma, a ausência de serviços de cuidado psicológico contínuo nessas regiões expõe a população negra a condições de estresse crônico que impactam profundamente a saúde mental, reforçando o que Geronimus define como *weathering*, um conceito que aponta para o desgaste precoce das capacidades físicas e mentais em contextos adversos e discriminatórios (Geronimus, 2023). Esse processo, impulsionado por fatores como racismo estrutural e a precariedade dos serviços de saúde, produz um desgaste cumulativo, aumentando significativamente o risco de condições como

ansiedade e depressão e contribuindo para uma sobrecarga emocional que muitas vezes culmina no adoecimento de toda uma população geograficamente localizada.

Além disso, ao negligenciar os impactos psicossociais da violência cotidiana nas periferias, as políticas públicas reforçam um ciclo de exclusão em que o sofrimento psicológico e o medo se tornam constantes. A vulnerabilidade gerada pela violência institucional e pela falta de suporte adequado coloca as comunidades negras e periféricas em uma posição de desgaste psíquico exacerbado, em que o Estado controla seletivamente quem é digno de cuidado e proteção. Assim, a ausência de um atendimento de saúde mental estruturado para essas populações não apenas perpetua a marginalização, mas também aumenta o risco de adoecimento mental severo, evidenciando a urgência de políticas de segurança e saúde pública que priorizem o cuidado integral e a proteção dessas comunidades (Geronimus, 2023; Foucault, 2014).

Mapa 5 - Distribuição da População Negra e dos Estabelecimentos de Segurança Pública de Polícias Militar e Civil na Cidade de São Paulo (SP) - Brasil



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE, 2012 e GeoSampa, 2024.

O mapa 5 apresenta a distribuição espacial das unidades de segurança pública em relação à concentração da população negra na cidade. Observa-se que a maior concentração dessas unidades, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, encontra-se nos bairros centrais e em regiões de menor população negra, conforme destacado nas zonas mais claras do mapa. Esse padrão espacial é compatível com a análise crítica da geografia da violência em São Paulo, que explora as dinâmicas do controle social e racial sobre territórios periféricos.

O conceito de necropolítica de Mbembe (2016) se materializa no contexto paulistano, em que as unidades policiais se concentram em áreas brancas e centrais, enquanto as regiões periféricas e predominantemente negras recebem rondas focadas mais na vigilância e no controle do que na proteção efetiva. Esse fenômeno é corroborado pela abordagem de Foucault (2014), em que a gestão seletiva da vida e da morte favorece determinadas populações em detrimento de outras.

Os distritos periféricos, onde há maior concentração de população negra, são caracterizados pela ausência de infraestrutura policial fixa, o que limita o acesso dessas comunidades aos serviços de segurança pública. Em contraste, a presença de unidades fixas nas zonas centrais e predominantemente brancas permite à polícia atender chamados em tempo razoável, oferecendo proteção preventiva e suporte contínuo. Nas zonas negras, onde essa infraestrutura não existe, a chegada da polícia ocorre, no máximo, para lidar com as consequências da violência já ocorrida, evidenciando a ausência de um compromisso real com a proteção dessas vidas. Essa disparidade reforça uma lógica de segurança seletiva, em que as vidas das populações negras e periféricas não são priorizadas no planejamento estatal de proteção pública.

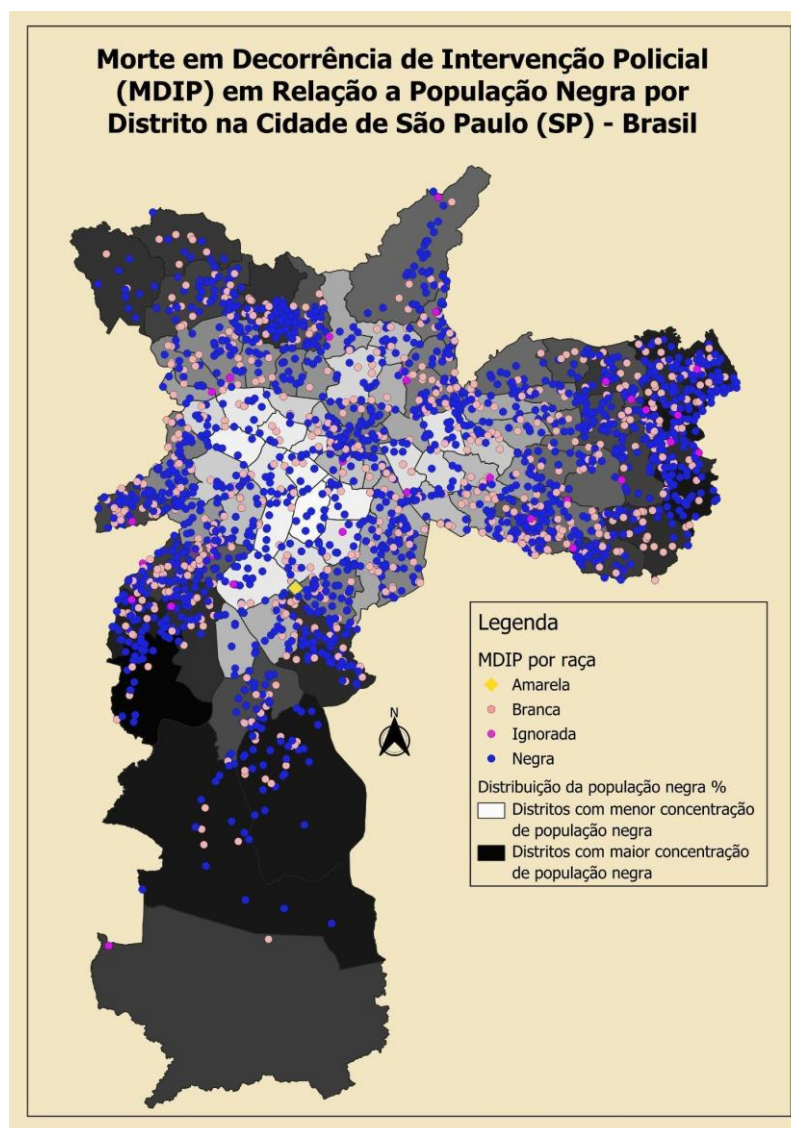
Esse vazio institucional reforça a ideia de “*zona do não-ser*” descrita por Fanon (2022), de modo que a presença reduzida de unidades policiais nesses territórios reflete uma lógica de desumanização e precarização, na qual a proteção é negada a essas populações, transformando esses espaços em territórios de vulnerabilidade extrema. Ademais, as rondas policiais nas periferias operam de forma reativa, voltadas para uma política ostensiva e não preventiva, na qual as ações são realizadas em busca de alvos

específicos que se alinhem ao perfil estabelecido para o controle racial e social. Esse modelo resulta em um alto número de apreensões, prisões e mortes que ocorrem justamente nesses contextos de vigilância intensificada, reforçando a seletividade da atuação policial (CESeC, 2021). Essa prática não é aleatória; pelo contrário, reflete uma estratégia que concentra essas intervenções nos territórios negros e periféricos, onde a polícia é enviada não para prevenir a violência ou proteger a comunidade, mas para intensificar o controle sobre essas populações, reforçando uma lógica de exclusão e vulnerabilidade.

O mapa que trazemos está alinhado com o que foi apurado pelo JUSTA (2024) em seu relatório *O funil de investimentos da segurança pública e prisional nacional em 2022*. A pesquisa evidencia a disparidade na alocação de recursos em segurança pública no estado de São Paulo, destacando que a priorização orçamentária concentra-se na Polícia Militar, com 66,6% dos recursos, enquanto a Polícia Civil, que realiza investigação, recebe apenas 27,5%, e a Polícia Técnico-Científica, apenas 5,1%. Essa distribuição de recursos favorece um modelo de policiamento ostensivo e de repressão imediata, em detrimento de uma abordagem investigativa e preventiva que atenderia melhor às necessidades das comunidades periféricas.

Esses dados, juntamente com a ausência de infraestrutura policial fixa em bairros majoritariamente negros e periféricos, indicam não a falta de controle, mas uma vigilância seletiva, voltada mais à coerção do que à proteção dessas populações. Enquanto as áreas centrais e predominantemente brancas contam com um aparato policial preventivo, as periferias negras recebem práticas de vigilância que reforçam a exclusão social e racial. Essa distribuição espacial evidencia o caráter seletivo da segurança pública em São Paulo, alinhando-se à lógica necropolítica de Mbembe. Esse arranjo territorializa a violência, expondo desproporcionalmente as populações negras à violência letal, seja pela ação direta da polícia, seja pela falta de proteção efetiva.

Mapa 6 - Morte em Decorrência de Intervenção Policial (MDIP) em Relação a População Negra por Distrito na Cidade de São Paulo (SP) - Brasil



Fonte: Elaboração própria, com base em GeoSampa, 2024 e SSP, 2024.

As mortes decorrentes de intervenção policial referem-se a casos em que indivíduos falecem como resultado direto de ações realizadas por agentes das forças de segurança, seja em situações de confronto ou em outras circunstâncias relacionadas à atividade policial. No contexto do Estado de São Paulo, essas ocorrências são reguladas por um conjunto de normativas que visam garantir a transparência, a responsabilização e o devido processo em investigações sobre tais mortes.

As informações sobre letalidade policial são coletadas e processadas por meio do Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas Criminais, instituído pela Resolução SSP

nº 161/2001, que exige que as unidades policiais registrem mensalmente as ocorrências e encaminhem os dados para as instâncias superiores. Os dados são consolidados trimestralmente e publicados no Diário Oficial e no site da Secretaria de Segurança Pública (SSP), em conformidade com a Lei Estadual nº 9.155/1995. Os dados apresentados no mapa acima referem-se ao período de janeiro de 2013 a agosto de 2024. Optou-se por trabalhar com o acumulado do período, de forma a enfatizar a distribuição espacial, e não as variações anuais.

As informações da Secretaria de Segurança Pública indicam que, no período analisado, ocorreram 3.561 casos de MDIP, dos quais 2.477 envolveram pessoas negras. Em 53 casos, a classificação racial das vítimas foi registrada como “ignorado”, “nulo” ou “outros”, sem critérios claros para essa categorização; no mapa, esses casos foram agrupados como “ignorada”. Quanto ao perfil etário, a maioria das vítimas tinha entre 15 e 29 anos. Dentre elas, 1.428 eram adolescentes e jovens negros, evidenciando a desproporcionalidade racial entre os jovens afetados por intervenções letais.

O mapa permite observar que a distribuição da letalidade policial em São Paulo segue um padrão territorializado, concentrando-se em regiões com maior presença de população negra e em áreas marcadas por vulnerabilidade socioeconômica. As regiões com índices mais elevados de mortes decorrentes de intervenção policial coincidem, em geral, com territórios de favelas e comunidades periféricas, revelando como a violência letal do Estado se inscreve espacialmente em contextos de exclusão social e segregação racial.

Conforme argumenta Amparo-Alves (2011), as ações letais da polícia não se restringem às favelas ou periferias geograficamente afastadas, mas se concentram nos *bolsões de pobreza*, territórios de precariedade socioeconômica, mesmo quando localizados em áreas centrais da cidade. De acordo com o autor, embora bairros como Vila Mariana, Perdizes e Morumbi sejam reconhecidos por sua infraestrutura e desenvolvimento econômico, também abrigam enclaves de pobreza que se tornam alvos da atuação policial letal. Nesse mesmo sentido, o Mapa 6 permite observar que a presença de MDIP em regiões centrais da cidade não contradiz o padrão observado, mas

o reforça: é a lógica de seletividade territorial da repressão que conduz à concentração da letalidade onde há presença de populações racializadas e empobrecidas, independentemente da localização geográfica no tecido urbano. Isso se confirma em bairros centrais como Sé, República e Bom Retiro, onde a letalidade policial é elevada, com a maioria das vítimas sendo pessoas negras.

Os bolsões de pobreza funcionam como zonas de exceção (Agamben, 2004) dentro da cidade legal, onde a atuação do Estado se dá majoritariamente pela repressão policial e pela negligência institucional. Mesmo estando fisicamente próximos de áreas com ampla infraestrutura, esses espaços são tratados como territórios-alvos, marcados pela criminalização cotidiana e pela lógica da suspeição. A precariedade habitacional, a informalidade econômica e a concentração de população negra e migrante tornam esses territórios zonas racializadas de contenção, nas quais a violência letal é autorizada, legitimada e, muitas vezes, invisibilizada.

No caso de Brasilândia, por exemplo, os mapas revelam uma região habitada majoritariamente por pessoas negras (Mapa 1), com alta presença de favelas, cortiços e habitações irregulares (Mapa 2), uma taxa elevada de analfabetismo (Mapa 3) e escassez de serviços públicos essenciais, como saúde, contando com apenas uma unidade de urgência e emergência (Mapa 4) e dois estabelecimentos da Polícia Civil (Mapa 5). Esse padrão de vulnerabilidade e letalidade se repete em outras regiões periféricas, como Itaim Paulista, Lajeado, Cidade Tiradentes e Jardim Helena, todas caracterizadas pela predominância da população negra.

Os mapas delineiam, assim, um cenário onde o território negro é o alvo preferencial da violência policial letal, configurando uma violação sistemática de direitos e garantias individuais, incluindo moradia, saúde e educação. A violência policial é apenas uma das faces da necropolítica espacial que atravessa São Paulo, reforçando a marginalização de territórios e populações específicas (Amparo-Alves, 2011, p. 97).

Importa dizer que a alta taxa de letalidade de pessoas negras nas regiões centrais de São Paulo não contradiz, mas reforça a lógica de exclusão racial enraizada na dinâmica urbana. Nos centros, onde predomina uma população branca e de maior poder

aquisitivo, o corpo negro é visto como o “outro”, uma presença que não se alinha ao perfil do território privilegiado, tornando-se alvo preferencial das ações letais das forças de segurança e reforçando a visão do negro como ameaça. Assim, o corpo negro é encarado como inimigo e, em casos extremos, como alguém a ser eliminado para manter a 'ordem'. A violência racial, portanto, não se restringe à periferia; nos centros, assume contornos de vigilância e repressão ao que é considerado alheio, evidenciando que o racismo estrutural e a necropolítica atravessam fronteiras geográficas e se impõem sobre o negro em toda a cidade.

Nesse contexto, as ações policiais nessas regiões são guiadas por estereótipos que associam as periferias a uma população vista como composta por “usuários e traficantes de drogas” e “onde há mais propensão de crimes ocorrerem” (Macedo; Cedro; Batitucci, 2024, p. 14). A própria produção de dados na segurança pública reforça essa narrativa: em 2.394 dos 3.542 casos analisados, a ocupação das vítimas foi registrada como “null” e, em outros 243 casos, como “desempregado”, inviabilizando os perfis socioeconômicos e reforçando estigmas de criminalidade, vadiagem e marginalização.

A análise espacial das mortes decorrentes de intervenções policiais nas áreas centrais e periféricas de São Paulo coloca em evidência, conforme destacado por Lima; Sinhoretto; Bueno (2015), a configuração de uma cidadania diferenciada, onde a retórica da inclusão universal é distorcida e, na prática, sustenta a exclusão de populações negras e periféricas. Esses autores apontam que “a violência policial e a ineficiência do Judiciário configuram os mais poderosos instrumentos de reprodução dessa cidadania diferenciada” (Lima; Sinhoretto; Bueno, 2015, p. 127). A análise espacial das mortes decorrentes de intervenções policiais confirma a configuração de uma cidadania diferenciada, na qual a retórica da inclusão universal se distorce na prática, sustentando a exclusão de populações negras e periféricas. Como destacam Lima, Sinhoretto e Bueno (2015, p. 127-128), a violência policial e a ineficiência do Judiciário configuram os mais poderosos instrumentos de reprodução dessa cidadania diferenciada, evidenciando as discontinuidades do projeto democrático brasileiro. Nesse contexto,

Ferreira (2021) observa que a elevada letalidade policial no Brasil não apenas viola direitos fundamentais, mas também reforça a inviabilização do próprio Estado de Direito, evidenciando a persistência de práticas estatais contraditórias à institucionalização plena da democracia.

5. Considerações finais

As análises conduzidas neste estudo evidenciaram que a distribuição espacial da letalidade policial em São Paulo é profundamente marcada por desigualdades raciais e territoriais, resultantes de processos históricos e institucionais que configuram zonas de vulnerabilidade racializadas. A persistência dessas dinâmicas, conforme demonstram os mapas temáticos, não apenas localiza a violência policial predominantemente nas regiões periféricas com maior concentração da população negra, mas também explicita uma lógica estruturante de exclusão social e racial mantida por mecanismos institucionais e por políticas públicas.

A violência letal do Estado, analisada à luz dos conceitos de necropolítica e colonialidade, revela que essas práticas não são circunstanciais ou excepcionais, mas sim um modo sistemático e histórico de gestão racial da vida e da morte. A segregação espacial é expressa não apenas na concentração de habitações precárias e índices elevados de analfabetismo nas áreas periféricas, mas também na escassez de infraestrutura de serviços essenciais, como os de saúde e de segurança pública. Isso configura uma deliberada distribuição desigual da proteção estatal, intensificando a vulnerabilidade de populações já historicamente marginalizadas.

Ademais, as áreas centrais, apesar da presença majoritária de uma população branca e economicamente privilegiada, também registram elevada letalidade policial em seus bolsões de pobreza. Tal fato reforça a seletividade racial e social da violência estatal, demonstrando que o negro, independentemente de sua localização na cidade, permanece alvo preferencial das políticas de segurança repressivas. A pesquisa mostrou, ainda, que a falta de clareza nos registros oficiais sobre o perfil das vítimas

reforça estigmas raciais, perpetuando a criminalização da população negra e contribuindo para a invisibilização das causas estruturais dessa violência.

Dessa forma, conclui-se que a letalidade policial em São Paulo constitui um elemento central da geografia da violência, sustentado por uma segregação racial que transcende a questão meramente espacial ou econômica. Trata-se de uma tecnologia de poder que perpetua a colonialidade e o racismo estrutural, reforçando ciclos de marginalização e precariedade da vida negra. Este estudo enfatiza, portanto, a necessidade urgente de políticas públicas que não apenas reconheçam, mas efetivamente enfrentem as raízes históricas e estruturais dessa violência racializada, promovendo igualdade territorial, proteção real e dignidade às populações historicamente excluídas.

6. Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção: Homo Sacer**, II, I. São Paulo: Boitempo, 2004.

AMPARO-ALVES, Jaime. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 22, p. 108-134, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Geografia, Cartografia e o Brasil africano: algumas representações. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume Especial Cartogeo, p. 332-350, 2014.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DataSUS: equipamentos de saúde – 2024**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 2.10.2024.

BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

CASTILHO, Edimilson. Estudo mostra como expulsão de negros formou bairro periférico em SP. **Agência Brasil**. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/estudo-mostra-como-expulsao-de-negros-formou-bairro-periferico-em-sp>. Acesso em: 26 out. 2024.

CASTILHO, Edimilson Peres. **A contribuição da Habitação Popular no processo de acumulação capitalista no Brasil: o caso do Complexo Habitacional Cidade Tiradentes na periferia paulistana (1975-1998)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015

CESeC - CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA. **Elemento suspeito: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro.** Coord. Silvia Ramos. Rio de Janeiro: CESeC, 2021.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; SANTOS, Mariza Fernandes dos. **Teorias Raciais na Geografia. Abordagens e perspectivas de raça e relações raciais na Geografia brasileira.** In: SPOSITO, E. S; CLAUDINO, G. S. Teorias na geografia: mundos possíveis. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023.

COMTE, Auguste. **Sistema de política positiva.** Paris: Librairie ientifique-Industrielle de L. Mathias, 1851.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. Necropolítica e racismo na construção da cartografia da violência nas periferias de Belém. Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 129, p. 63–80, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i129p63-80. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/188623..> Acesso em: 31 ago. 2025.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FARIAS, Juliana. Da atualização dos mecanismos de controle: a transformação dos favelados em população "matável". **Revista Digital de Antropologia Urbana Os Urbanitas**, São Paulo, ano 5, v. 5, n. 7, 2008.

FERREIRA, Poliana da Silva. Direitos fundamentais e letalidade policial: sentidos opostos numa mesma trilha. Revista Eletrônica Direito e Sociedade-REDES, v. 7, n. 2, p. 111-126, 2019.

FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula. Políticas da morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 74-92, 2020.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As fronteiras raciais do genocídio. **Revista de Direito da Universidade de Brasília**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 119-146, jan./jun. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

FRANÇA, Danilo. Experiências urbanas segregadas: locais de moradia, trajetórias e redes pessoais de negros e brancos em São Paulo - SP. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 27, n. esp. 1, e022003, abr. 2022.

GEOSAMPA: plataforma digital de dados georreferenciados de São Paulo. 2024. Disponível em: <https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 3 set. 2024.

GERONIMUS, Arline. **Weathering:** The Extraordinary Stress of Ordinary Life on the Body in an Unjust Society. New York: Virago Press Ltd, 2023.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação.** São Paulo: Cortez, 2001.

HARLEY, J. B. **Deconstructing the Map**. Cartographica, v. 26, n. 2, p. 1–20, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 4 out. 2024.

JESUS, Maria Gorete Marques de. **'O que está no mundo não está nos autos': a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

JUSTA. **O funil de investimentos da segurança pública e prisional nacional em 2022**. 2024. Disponível em: <https://www.justa.org.br/2024/01/o-funil-de-investimentos-da-seguranca-publica-e-prisional-nacional-em-2022/>. Acesso em: 26 out. 2024.

KOOIMAN, Jan. **Governing as Governance**. Londres: SAGE, 2003.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 123-144, 2015.

LÓPEZ, Laura Cecilia. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, p. 121-134, jan./mar. 2012.

MACEDO, Henrique de Linica dos Santos; CEDRO, André Sales dos Santos; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. Letalidade Policial e Viés Racial em São Paulo e Minas Gerais. **Sociedade e Estado**, v. 39, n. 2, p. e47967, 2024.

MAGALHÃES, A. War as a Government Mode in Rio De Janeiro's Slums. **Revista Brasileira de Ciencias Sociais**, v. 35, n. 106, p. 1–20, 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

McPHERSON, Miller; SMITH-LOVIN, Lynn; COOK, James M. **Birds of a Feather: Homophily in Social Networks**. Annual Review of Sociology, v. 27, p. 415–444, 2001.

OBSERVATÓRIO DA BRANQUITUDE. **A cor da infraestrutura escolar: Diferenças entre escolas brancas e negras**. 2024. Disponível em: <https://observatoriobranquitude.com.br/a-cor-da-infraestrurura-escolar-diferencas-entre-escolas-brancas-e-negras/>. Acesso em: 26 out. 2024.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Existências desumanizadas pela colonialidade do poder: necropolítica e antinegritude brasileira. **GEOgraphia**, v.24, n.53. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2022.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. **Territorialidade negra e segregação racial na cidade de São Paulo: a luta por cidadania no século XX**. São Paulo: Alameda, 2016.

PATERNIANI, Stella Zagatto. Raça e cidade: para decolonizar a produção de conhecimento

sobre São Paulo. **América - Revista da Pós-Graduação da Escola da Cidade**, São Paulo, n. 2, p. 52-63, jul. 2020.

PIERRE, Jon. **Introduction: Understanding Governance**. In: PIERRE, Jon (ed.). *Debating Governance: Authority, Steering, and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; SILVA, Rodrigo Torquato da. Da lógica do favor à lógica do pavor: um ensaio sobre a geografia da violência na cidade do Rio de Janeiro. **Polis (Santiago)**, n. 28, p. 121-153, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da violência no campo brasileiro: O que dizem os dados de 2003. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 75, p. 139-169, 2006.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Informe Urbano: Dados do Censo 2022**. São Paulo: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, 2023. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/licenciamento/w/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/informes_urbanos/368948. Acesso em: 31 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, Buenos Aires, Argentina, 2005.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade 2023**. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2023. Disponível em: <https://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 31 ago.

2025ROCHA, Lia de Mattos; DAVIES, Frank Andrew. Nossas cidades em guerra: notas sobre militarização e colonialidade a partir do Rio de Janeiro. **Ponto Urbe**, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 1, p. e226628, 2024.

REIS, Daniely; RIBEIRO, Ludmila. **O perfilamento racial nos processos de tráfico de drogas: um estudo de caso em Belo Horizonte**. *Tempo Social*, v. 35, n. 02, p. 189-217, 2023.

ROLNIK, Raquel. **São Paulo, início da industrialização: o espaço é político**. In: Lúcio Kowarick. (Org.). *As Lutas Sociais e a Cidade*. São Paulo: Paz e Terra / UNRISD, 1988

SANTOS, Renato Emerson dos. A questão racial e as políticas de promoção da igualdade em tempos de golpe: inflexão democrática, projetos de nação, políticas de reconhecimento e território. **Caderno Prudentino de Geografia**, Dossiê "Conjuntura do Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência", n.42, v.4, 2020.

SANTOS, Renato Emerson dos. Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 12, n. 1, p. 11-28, 2022.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SSP-161, de 8 de maio de 2001**. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, Seção I, p. 7, 10 maio 2001.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Segurança Pública. **Resolução SSP nº 146, de 14 de novembro de 2013**. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 15 nov. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Segurança Pública. **Resolução SSP nº 516, de 22 de**

dezembro de 2000. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 23 dez. 2000.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870–1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Dados de mortes em decorrência de intervenção policial: 2024.** São Paulo: SSP, 2024. Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica>. Acesso em: 10 mai. 2024

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Racismo à brasileira: uma análise das ressonâncias espaciais na configuração das periferias urbanas. Desigualdade e segregação em São Paulo. **Latitude**, Maceió, v. 17, n. 1, p. 30-56, 2023.

Sobre o autor:

Natalia Santana dos Santos | E-mail: nataliaastn@gmail.com

Doutoranda e mestre em Direito e Desenvolvimento pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV Direito SP), com apoio da FAPESP (processos nº 2024/23053-7 e nº 2023/07350-9) e bolsa Mário Henrique Simonsen (mestrado e doutorado). Especialista em Ciências Criminais pela Faculdade Baiana de Direito e bacharela em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisadora do Centro de Pesquisa Aplicada em Justiça Racial e Direito da FGV Direito SP, onde também co-coordena o grupo de estudos em Direitos e Relações Raciais. Integra o Grupo de Pesquisa Direito e Violência de Estado da FGV Direito SP e a Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Synthya Rayanne de Lima Maia | E-mail: maiasynthya@gmail.com

Doutoranda e mestre em Sociologia (UnB e UFAL). Pesquisadora no Centro de Justiça Racial e Direito da FGV-SP, com atuação no projeto Mapas da (In)Justiça. Trabalha com análise de dados e monitoramento e Impacto na Legisla Brasil. Integra a Rede de Advocacy Internacional do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos.

Amanda Gonçalves Prado Quaresma | E-mail: quaresma.amanda@gmail.com

Doutoranda em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF). Mestra em Direito (PPGD/UFBA). Especialização em Direito Penal e Criminologia (INTROCRIM). Graduada em Direito (UFBA). Autora do livro "Os corpos gritam para ninguém: uma análise dos laudos periciais da chacina do Cabula" (Editora Mórula, 2024). Advogada. Pesquisadora do INCT-InEAC (Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos), do Centro de Pesquisa Aplicada em Direito e Justiça Racial da FGV Direito SP e do Nucleo de Pesquisa em Sociologia em Direito (NSD-InEAC-UFF). Tem experiência na área de Direito Processual Penal e Criminologia, atuando

principalmente nos temas: perícias criminais, documentos e burocracias, polícia, morte decorrente de intervenção policial e morte.

Paula Regina Cordeiro | E-mail: paulareginacordeiro@gmail.com

Professora Adjunta de Geografia da Universidade Federal Fluminense (Instituto de Educação de Angra dos Reis IEAR), docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Territórios e Saberes (TERESA/IEAR-UFF) e professora colaboradora da especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA). Doutora e Mestra em Geografia (PosGeo-UFBA). Graduada em Geografia Licenciatura (2013) e Bacharelado (2014) pela mesma instituição. Possui especialização em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade (FAUFBA). Atua em pesquisas e atividades profissionais nas áreas de Geografia Agrária, Assistência Técnica e Extensão Territorial, com ênfase em comunidades tradicionais, especialmente quilombolas e pesqueiras. É pesquisadora da Rede de Pesquisadores da Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e no projeto Mapas da (In)Justiça, vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV). Líder do grupo de pesquisa Laboratório Hantu.

Datas do Processo Editorial / Editorial Process Dates

([Link do texto](#))

Data de submissão / Submission date: 22 de maio de 2025.

Data da Triagem de Diretrizes / Guidelines Screening Date: 20 de Junho de 2025

Data da Triagem de Qualidade / Date of Quality Screening: 08 de Julho de 2025

Data do Envio para Avaliação / Date of Submission for Evaluation: 09 de Julho de 2025

Data da Primeira Avaliação / Date of First Evaluation: 14 de Agosto de 2025

Data da Segunda Avaliação / Date of Second Evaluation: 25 de Agosto de 2025

Data do Envio para 1ª Correção / Date Sent for First Correction: 09 de Setembro de 2025

Data do Envio para 2ª Correção / Date Sent for Second Correction: 08 de Agosto de 2026

Data de Aceite / Date of Acceptance: 08 de Agosto de 2026.

Corpo Editorial:

Editor-Chefe: J.P.B

Editora-Adjunta: L.S.G

Editora: J.Y.N

TAXONOMIA

Natália Santana dos Santos	Conceitualização; Curadoria de Dados; Análise Formal; Aquisição de Financiamento; Investigação; Metodologia; Administração de Projeto; Programas; Recursos; Supervisão; Validação; Visualização; Escrita (rascunho original); e, Escrita (revisão e edição)
-----------------------------------	---

Synthya Rayanne de Lima Maia	Conceitualização; Curadoria de Dados; Análise Formal; Aquisição de Financiamento; Investigação; Metodologia; Administração de Projeto; Programas; Recursos; Supervisão; Validação; Visualização; Escrita (rascunho original); e, Escrita (revisão e edição)
Amanda Gonçalves Prado Quaresma	Conceitualização; Curadoria de Dados; Análise Formal; Aquisição de Financiamento; Investigação; Metodologia; Administração de Projeto; Programas; Recursos; Supervisão; Validação; Visualização; Escrita (rascunho original); e, Escrita (revisão e edição).
Paula Regina Cordeiro	Conceitualização; Curadoria de Dados; Análise Formal; Aquisição de Financiamento; Investigação; Metodologia; Administração de Projeto; Programas; Recursos; Supervisão; Validação; Visualização; Escrita (rascunho original); e, Escrita (revisão e edição).